



Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

CNPJ nº 33.868.597/0001-40

www.citi.com.br

Relatório da Administração

A Diretoria da Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresenta aos acionistas as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, bem como o Relatório dos Auditores Independentes. São Paulo, 13 de fevereiro de 2017. **A Diretoria.**

Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	2016	2015	PASSIVO	Nota	2016	2015
Circulante		2.369.476	3.785.726	Circulante		2.473.345	3.338.478
Disponibilidades	4	128.454	164.384	Outras obrigações		2.473.345	3.338.478
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	-	2.775.268	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		11	76
Aplicações em operações compromissadas		-	2.486.277	Sociais e estatutárias		2.627	78.528
Aplicações em depósitos interfinanceiros		-	288.991	Fiscais e previdenciárias	10	139.472	113.770
Títulos e valores mobiliários	6	562.115	495.263	Negociação e intermediação de valores	7	2.288.681	3.134.065
Carteira própria		171.728	151.014	Diversas	11	42.554	12.039
Vinculados à prestação de garantias		390.387	344.249	Não circulante		8.685	14.558
Outros créditos	1.678.907	350.811	350.811	Outras obrigações		4.250	11.290
Rendas a receber		9.190	7.818	Diversas	11	4.250	11.290
Negociação e intermediação de valores	7	110.566	337.965	Resultados de exercícios futuros		4.435	3.268
Crédito tributário	8	14.006	3.444	Receitas de exercícios futuros		4.435	3.268
Diversos	20.e	1.545.145	1.584	Patrimônio líquido	13	185.615	454.937
Não circulante		298.169	22.247	Capital social - Domiciliados no País		81.641	81.641
Realizável a longo prazo		297.634	20.919	Reserva de lucros		106.364	373.398
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5	291.408	-	(Ajustes de avaliação patrimonial)		(2.390)	(102)
Títulos e valores mobiliários	6	4.217	3.703				
Vinculados à prestação de garantias		4.217	3.703				
Outros créditos	2.009	17.216	17.216				
Devedores por depósitos em garantia		-	13.638				
Crédito tributário	8	2.009	3.578				
Permanente		535	1.328				
Investimentos	9	15	23				
Títulos patrimoniais		15	15				
Outros investimentos		-	8				
Imobilizado de uso	24	31	31				
Outras imobilizações de uso		68	129				
Beneficentárias em imóveis de terceiros		610	550				
(Depreciações acumuladas)		(654)	(648)				
Intangível	496	1.274	1.274				
Ativos intangíveis		652	2.189				
(Amortizações acumuladas)		(156)	(915)				
Total do ativo		2.667.645	3.807.973	Total do passivo		2.667.645	3.807.973

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	Reserva de capital		Reservas de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Atualização de títulos patrimoniais	Reserva legal	Reserva estatutária	Reservas especiais de lucros	de avaliação patrimonial			
Saldos em 31 de dezembro de 2014									
Ajustes de avaliação patrimonial - Benefícios a empregados	19	-	-	-	-	-	102	-	296.839
Aumento de capital		2.038	(2.038)	-	-	-	-	-	-
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	210.933	210.933
Destinações:									
Reservas	13.d	-	-	408	2.038	155.856	-	(158.302)	-
Juros sobre capital próprio	13.e	-	-	-	-	-	-	(18.000)	(18.000)
Dividendos	13.e	-	-	-	-	-	-	(34.631)	(34.631)
Saldos em 31 de dezembro de 2015		81.641	-	16.329	81.642	275.427	(102)	1.870	454.937
Adoção do CPC 33 - Benefícios a empregados		-	-	-	-	-	(1.870)	1.870	-
Saldos em 1º de janeiro de 2016		81.641	-	16.329	81.642	275.427	(1.972)	1.870	454.937
Ajustes de avaliação patrimonial - Benefícios a empregados	19	-	-	-	-	-	(410)	-	(410)
Ajustes de avaliação patrimonial, líquido de impostos		-	-	-	-	-	(8)	-	(8)
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	180.287	180.287
Destinações:									
Reservas	13.d	-	-	-	-	8.393	-	(8.393)	-
Dividendos	13.e	-	-	-	-	(275.427)	-	(173.764)	(449.191)
Saldos em 31 de dezembro de 2016		81.641	-	16.329	81.642	8.393	(2.390)	-	185.615
Saldos em 30 de junho de 2016		81.641	-	16.329	81.642	275.427	(2.182)	98.365	551.222
Ajustes de avaliação patrimonial - Benefícios a empregados	19	-	-	-	-	-	(200)	-	(200)
Ajustes de avaliação patrimonial, líquido de impostos		-	-	-	-	-	(8)	-	(8)
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	83.792	83.792
Destinações:									
Reservas	13.d	-	-	-	-	8.393	-	(8.393)	-
Dividendos	13.e	-	-	-	-	(275.427)	-	(173.764)	(449.191)
Saldos em 31 de dezembro de 2016		81.641	-	16.329	81.642	8.393	(2.390)	-	185.615

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

1 | Contexto operacional

A Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Distribuidora) é parte integrante do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil e suas operações são conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atua nos mercados financeiros e de capital. Utiliza-se dos recursos administrativos e tecnológicos dessas empresas e suas demonstrações financeiras devem ser entendidas no contexto.

A Distribuidora tem como objeto social a prática de todas as operações permitidas nas disposições legais e regulamentares às companhias distribuidoras atuando na compra e venda de ouro, inclusive por conta e ordem de terceiros, e na intermediação em bolsa de mercadorias à vista, futuros e a termo.

2 | Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN, do Banco Central do Brasil - Bacen e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para contabilização e determinação dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

A autorização para publicação das demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Distribuidora em 13 de fevereiro de 2017.

3 | Principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência.

b) Caixa e equivalentes de caixa
Os saldos classificados como caixa e equivalentes de caixa, nas demonstrações dos fluxos de caixa referem-se às disponibilidades, aplicações em ouro, às aplicações em operações compromissadas posição bancada e aplicações em depósitos interfinanceiros contratadas com prazo inferior a 90 dias.

c) Aplicações em ouro

As operações em ouro estão apresentadas a valor de mercado e são representadas por ouro físico e certificados de custódia de ouro, registrado na rubrica "Disponibilidades".

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Estão demonstradas pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos.

e) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, pela Administração, independente dos prazos de vencimento dos papéis, em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

i. Títulos para negociação - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao balanço patrimonial. Os títulos classificados nesta categoria são apresentados no ativo circulante do balanço patrimonial, independente do seu prazo de vencimento, conforme Circular Bacen nº 3.068/2001.

ii. Títulos mantidos até o vencimento - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período;

iii. Títulos disponíveis para venda - Aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são registrados do custo de aquisição com rendimentos apropriados no resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

O valor de mercado dos títulos públicos são apurados segundo Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA, que determina o valor líquido provável de realização através de parâmetros que compreendem, entre outros, o preço médio de negociação para títulos e valores mobiliários semelhantes em relação aos prazos de pagamento e vencimento. Para seus planos de aplicação em cotas de fundos de investimento são registradas pelo valor de aquisição e atualizadas pelos respectivos valores de custos divulgadas pelos administradores dos respectivos fundos.

f) Negociação e intermediação de valores

Os saldos são demonstrados pelos valores das operações de compra ou venda de instrumentos financeiros realizados junto às Bolsas de Valores e de Mercadorias e Futuros, por conta própria e de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo previsto pela legislação em vigor.

g) Permanente

Os investimentos são avaliados pelo método de custo.

ii. Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou formação e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais de 10% para móveis, utensílios, instalações e sistemas de segurança, 20% para sistema de processamento de dados e veículos.

iii. Intangível

O ativo intangível é composto por:

- Aquisição e desenvolvimento de *software* registrados pelo custo de aquisição ou formação, amortizados pelo método linear utilizando-se a taxa anual de 20%, contabilizados a partir de 1º de outubro de 2008.

h) Redução do valor recuperável de ativos (*Impairment*)

O Conselho Monetário Nacional - CMN, emitiu em 29 de maio de 2008 a Resolução nº 3.566, com efeito a partir de 1º de junho de 2008, aprovando a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (*impairment*), estabelecendo os seguintes critérios:

- Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados anualmente para a verificação de *impairment* e/ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável, e
- Uma perda por *impairment* ocorre quando o valor líquido contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado.

i) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

São avaliados, reconhecidos e demonstrados de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que aprovou a utilização do Pronunciamento Técnico CPC 25.

ii. Ativos e passivos contingentes

Representados por direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Ativos contingentes - São avaliados periodicamente e não são reconhecidos no balanço. Quando a realização do ativo for praticamente certa, existe o reconhecimento ativo.

Passivos contingentes - Decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos.

Ativos e passivos contingentes são calculados para todos os funcionários cujo contrato de trabalho foi encerrado voluntária ou involuntariamente conforme o prazo prescricional da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT (2 anos), pois a entidade espera uma possível saída de recursos. Quando o funcionário aciona a justiça do trabalho, a provisão passa a seguir o critério descrito abaixo. As ações cíveis e trabalhistas são classificadas como massificadas ou relevantes, dependendo do valor do pedido.

Ativos cíveis com valores inferiores a R\$300 e as trabalhistas com pedidos inferiores a R\$500 são consideradas massificadas. As ações massificadas são provisionadas com base na média de perda histórica calculada com base nos casos encerrados nos últimos 18 meses acrescidas dos juros desde a data de ajustamento/citação mensalmente.

Para as ações consideradas relevantes, o critério para constituição de provisão é o seguinte:

No ajustamento da causa, os processos trabalhistas são provisionados com base em percentual do valor do pedido. O referido percentual é calculado de acordo com a média histórica de pagamentos dos processos encerrados nos últimos 18 meses considerados relevantes, tomando em consideração percentual de ganhos de causa, percentual de acordos e percentual de perdas quando da sentença em primeira instância adicionado do valor de risco existente na base ativa. A avaliação individual da probabilidade de perda é efetuada com base no julgamento dos advogados internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica da empresa. Esse é um exercício subjetivo, sujeito a incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, sobre maneira acerca de matéria jurídica. Como tal, é entendido que as avaliações serão sujeitas a revisão frequente e a eventuais alterações.

As ações cíveis consideradas relevantes terão sua avaliação de risco calculada pelos advogados externos e serão provisionadas pelo valor do risco de perda quando considerada como perda provável.

As ações cíveis e trabalhistas estão registradas na rubrica contábil "Outras obrigações - Diversas".

Obrigações legais e previdenciárias

Reconhecidas por exigirem relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão, independentemente da

avaliação dos consultores legais e da Administração.

As ações fiscais e previdenciárias são quantificadas quando do recebimento da notificação dos processos administrativos, com base nos valores destes, atualizados mensalmente, e registradas na rubrica de "Provisão para riscos fiscais".

j) Imposto de renda e contribuição social

As provisões para o imposto de renda e contribuição social foram constituídas sobre o lucro líquido ajustado conforme legislação fiscal, às alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% para o Imposto de Renda.

Em 22 de maio de 2015, foi editada pelo Poder Executivo a MP nº 675/15, que aumentou a alíquota da CSLL sobre o lucro de instituições financeiras de 15% para 20%. A MP entrou em vigor a partir de 1º de setembro de 2015 e a referida MP foi convertida na Lei nº 13.169 de 5 de outubro de 2015.

Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 3.059, de 30 de dezembro de 2002, e na Resolução nº 3.355, de 31 de março de 2006, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que determinam que a Entidade deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições:

- Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência; e
- Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em exercícios subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de 10 anos.

k) Plano de incentivos com base em ações

A Distribuidora participa de planos de incentivos com base em ações do Citigroup, representado pelos seguintes programas:

- Capital Accumulation Program**, que oferece ações aos funcionários, com base no Acordo de Participação de Afiliação em Planos de Ações (*Stock Plans Affiliate Participation Agreement - SPAPA*) em que a Distribuidora efetua remessa de câmbio ao Citigroup pelo preço de mercado da ação na data de transferência dos recursos.

O CAP é um programa com liquidação em instrumento financeiro, com contabilização das respectivas obrigações de efetuar pagamentos ao Citigroup. É reconhecido o valor justo dos prêmios na data de concessão como uma despesa de remuneração durante o período de aquisição, com um crédito correspondente na provisão. Todos os valores pagos ao Citigroup e as respectivas obrigações segundo o SPAPA são reconhecidos no resultado ao longo do período de aquisição.

Stock Option, programa que o funcionário tem o direito de exercer a opção e receber em dinheiro a diferença entre o preço da ação no mercado e o preço da ação na data da concessão da opção.

O *Stock Option* é um programa com liquidação em caixa e o valor da obrigação é reconhecido durante o período de vigência da opção, pelo seu valor justo em contrapartida ao resultado do período.

Não há provisão registrada em 31 de dezembro de 2016, referente ao programa de *Stock Option*, pois, já encerrou o prazo para exercer a opção.

l) Benefícios pós-emprego

A Distribuidora participa de plano de benefício de aposentadoria suplementar de contribuição definida. A despesa no resultado representa as contribuições pagas em relação ao serviço prestado pelos funcionários durante o ano. A Distribuidora também participa de plano de benefício de aposentadoria e de benefício definido onde não há participação do funcionário em seu custo. Para seus planos de benefício definido, a obrigação reconhecida no balanço representa o cálculo atuarial do valor presente da obrigação relativa a benefícios definidos na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, juntamente com ajustes referentes ao custo do serviço passado.

A obrigação relativa a benefícios definidos é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas de caixa estimadas futuras, utilizando taxas de juros de títulos do governo denominados na moeda em que os benefícios serão pagos, e que tenham prazos de vencimento similares aos prazos da respectiva obrigação previdenciária. Os ganhos e as perdas atuariais são reconhecidos imediatamente em ajuste de avaliação patrimonial. Os custos do serviço corrente e passado, as despesas de juros e o retorno esperado sobre os ativos são reconhecidos na demonstração do resultado. Será reconhecido um excedente no balanço quando houver um benefício econômico disponível à Distribuidora como redução nas contribuições futuras ou como reembolso de verbas para a empresa (regra do teto do ativo - *asset ceiling*).

O Banco Central publicou em 25 de junho de 2015 a Resolução nº 4.424, referendando o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Para o plano de assistência à saúde para aposentados essa Resolução não trouxe impactos no balanço patrimonial da Distribuidora em função da adoção antecipada do CPC 33, considerado que este plano estava deficitário.

Os benefícios pós-emprego, relacionados a complemento de aposentadoria na modalidade contribuição definida e prestação de serviços assistenciais, na modalidade benefício definido, de responsabilidade do patrocinador, foram avaliados e mesmo estes, sendo superavitários, a aplicação da regra gerou um impacto na linha de outros ajustes de avaliação patrimonial, lucros acumulados e resultado decorrente da contabilização do custo do benefício definido considerando premissas atuariais. Não houve impacto em ativos e passivos, dada a observância da regra do *asset ceiling*.

l. Benefícios de Curto Prazo

Os benefícios de curto prazo, inclusive Participação nos Lucros e Resultados, para os empregados atuais são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados.

4 | Caixa e equivalentes de caixa

...Continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

11) Outras obrigações - Diversas

	2016		2015	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para passivos contingentes (nota 12)	30	4.250	718	3.305
Provisão para despesas com pessoal (1)	27.622	-	4.660	7.985
Provisão para pagamentos a fornecedores	10.968	-	6.661	-
Outros	3.934	-	-	-
Total	42.554	4.250	12.039	11.290

(1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 a entidade constituiu reserva de reestruturação de pessoal no montante de R\$ 20.019.

12) Passivos contingentes e obrigações legais

a) Saldos patrimoniais dos passivos contingentes por natureza

	2016		2015	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para riscos fiscais	115	654	-	-
Provisão para contingências trabalhistas	-	2.580	711	3.033
Provisão para contingências cíveis	30	1.670	7	272
Total	145	4.250	1.372	3.305

Em conformidade aos procedimentos previstos no Pronunciamento Técnico CPC 25, aprovado pela Resolução nº 3.823 do Conselho Monetário Nacional - CMN de 16 de dezembro de 2009 e, na Carta-Circular nº 3.429 publicada pelo Banco Central do Brasil em 11 de fevereiro de 2010, a Distribuidora tem constituída provisão para riscos fiscais, composta basicamente, pelo seguinte caso:

- Fiscal - PIS EC/17/97 - Anterioridade - RS 0 (2015 - RS 545):** Trata-se de Mandado de Segurança pleiteando o recolhimento do PIS do período compreendido entre julho de 1997 a fevereiro de 1998 com base na Lei Complementar nº 7/70. Após trânsito em julgado judicial favorável a entidade reverteu integralmente a provisão no montante de R\$ 564.
- Fiscal - INSS Adicional de 2,5% - RS 115 (2015 - RS 109):** Trata-se do processo onde se discute a legalidade e inconstitucionalidade da exigência de adicional de 2,5% para instituições financeiras na contribuição ao INSS. Houve homologação da desistência parcial no âmbito da Anistia Fiscal, aguarda-se decisão de segunda instância quanto à contingência remanescente.

Contingências classificadas com risco de perda possível

Não são reconhecidas contabilmente, pois a Administração, com base na avaliação de especialistas e nas condições processuais de cada ação, entende que estas contingências não produzirão efeitos patrimoniais. Estão representadas por Contingências Fiscais no montante de R\$ 4.352.719 (2015 - R\$ 3.869.493), compostas basicamente pelos seguintes casos:

- IRPJ/CSLL Responsabilidade Solidária - RS 3.872.663 (2015 - RS 3.515.482):** Trata-se de auto de infração cobrando IRPJ e CSLL de quotista de Fundo de Investimento em Participações administrado anteriormente pela Entidade. A Receita Federal incluiu a Entidade como responsável solidária no processo administrativo. Aguarda-se decisão de segunda instância.
- IRPJ/CSLL sobre correção monetária de depósitos judiciais - RS 326.667 (2015 - RS 316.436):** Auto de infração lavrado para cobrança de crédito tributário relativo ao IRPJ e CSLL sobre variação monetária ativa de depósitos judiciais. Aguarda-se julgamento de segunda instância.
- Dedução dos juros sobre capital próprio calculados retroativamente - RS 77.697 (2015 - RS 0):** Trata-se de Auto de Infração lavrado para constituir crédito tributário de IRPJ e CSLL sobre despesa de juros sobre capital próprio calculados retroativamente. Em função do encerramento do processo administrativo, aguarda-se início do processo judicial.
- Desmutualização - BM&F e Bovespa - RS 30.175 (2015 - RS 27.938):** Trata-se de processos onde se discute o recolhimento de COFINS e PIS sobre o resultado auferido no processo de conversão dos títulos patrimoniais da BM&F, Bovespa em ações. Aguardam-se decisões de segunda instância.
- Ação Indenizatória - R\$ 95.844 (2015 - R\$ 0) -** Trata-se de ação onde o cliente discute prejuízos nos fundos de investimento onde a Distribuidora é a prestadora de serviços de custódia, escrituração e controladoria administrado por terceiros. A ação se encontra em juízo de primeira instância, aguardando sentença.

b) Movimentação das contingências

	Saldo em				Atualização	Saldo em				
	31/12/2015	Constituição	Reversão	Utilização		31/12/2016	31/12/2015	Constituição	Reversão	Utilização
Cíveis	279	1.562	(68)	(246)	173	1.700	-	-	-	-
Trabalhistas	3.744	1.529	(6)	(178)	178	5.800	-	-	-	-
Fiscais	654	-	-	(564)	25	115	-	-	-	-
Total	4.677	3.091	(74)	(3.675)	376	4.395	-	-	-	-

	Saldo em				Atualização	Saldo em				
	31/12/2014	Constituição	Reversão	Utilização		31/12/2015	31/12/2014	Constituição	Reversão	Utilização
Cíveis	225	91	(10)	(81)	54	279	-	-	-	-
Trabalhistas	3.103	782	(28)	(177)	64	3.744	-	-	-	-
Fiscais	630	-	-	-	24	654	-	-	-	-
Total	3.958	873	(38)	(258)	142	4.677	-	-	-	-

13) Patrimônio líquido

a) **Capital Social**
O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 4.023.359.318 (2015 - 4.023.359.318) ações ordinárias, sem valor nominal. Conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), de 31 de agosto de 2015, e homologado pelo Bacen em 10 de novembro de 2015, foi deliberado o aumento de capital social no montante de R\$ 2.038 oriundos de reservas de atualização de títulos patrimoniais, sem emissão de novas ações.

b) **Reserva legal**
É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, até o limite de 20% do capital social. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não foi constituída reserva legal, por ter atingido o limite de 20% do capital social.

c) **Reservas estatutárias**
Constituída sob a forma de (i) reserva para equalização de dividendos e tem por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, estando limitada a 20% do capital social da Entidade e (ii) reserva para reforço de capital de giro, visando garantir meios financeiros para a operação da Entidade, estando limitada a 80% do seu capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 não foi constituída reserva estatutária, por ter atingido o limite de 100% do capital social (2015 - R\$ 2.038).

d) **Reserva especial de lucro**
No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi utilizada a reserva especial de lucros no montante de R\$ 275.427 para pagamento de dividendos, aprovada em 28 de outubro e dezembro de 2016 e foi constituída reserva especial de lucros de R\$ 8.393 (2015 - R\$ 155.856).

e) **Dividendos e juros sobre o capital próprio (JCP)**
Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas. Em 22 de dezembro de 2015 foram pagos ao Banco Citibank S.A. juros a título de remuneração ao capital próprio no montante de R\$18.000 do lucro líquido do exercício deliberados em AGE. Em 15 de abril de 2016 foram pagos ao Banco Citibank S.A. o montante de R\$ 34.631 em dividendos deliberados em AGE.

f) **Ajuste de avaliação patrimonial**
Compreende os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda e abrange a diferença entre as estimativas (premissas) e o efetivamente ocorrido no plano de previdência privada.

14) Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias

	2º Semestre		Exercícios	
	2016	2016	2015	2015
Receitas de administração de fundos de investimento	25.833	55.071	56.541	-
Receitas de serviços de custódia	22.037	42.975	38.333	-
Rendas de serviços prestados a ligadas	2.778	2.778	-	-
Receitas de administração de clientes estrangeiros	8.046	15.811	16.568	-
Outras receitas de prestação de serviços	2.356	4.747	6.717	-
Total	61.050	121.382	118.159	-

15) Outras despesas administrativas

	2º Semestre		Exercícios	
	2016	2016	2015	2015
Despesas de aluguel	(710)	(1.255)	(1.009)	-
Despesas de serviços de terceiros	(14.554)	(29.877)	(26.545)	-
Despesas de serviços técnicos especializados	(4.269)	(7.369)	(2.591)	-
Despesa de amortização e depreciação	(114)	(226)	(37)	-
Despesas de processamento de dados	(12.463)	(25.311)	(34.326)	-
Despesas de comunicações	(249)	(796)	(1.080)	-
Outras despesas administrativas	(707)	(1.442)	(2.351)	-
Total	(33.066)	(66.276)	(67.939)	-

16) Outras receitas/(despesas) operacionais

	2º Semestre		Exercícios	
	2016	2016	2015	2015
Recaltes	1.522	2.613	944	-
Atualizações monetárias de depósitos judiciais	-	-	40	-
Atualização e recuperação de impostos	-	74	38	-
Reversão de provisões de contingências (nota 12.b)	44	139	161	-
Outras receitas com fundos	-	-	390	-
Receita na remuneração com pagamento baseado em ações	842	455	6.304	-
Outras reversões de provisões operacionais	21	26	239	-
Total	2.429	3.307	8.116	-

Despesas
Atualização monetária de contingências (nota 12.b) (255) (376) (142)
Constituição de provisões de contingências (nota 12.b) (984) (3.091) (873)
Despesas com perdas com taxa de administração não recebidas - (23)
Despesas com administração de fundos de investimentos (322) (357) (289)
Despesas com captura, execução e manutenção de transações (373) (468) (7.308)
Despesas com custódia (205) (337) (978)
Despesa de juros sobre pagamentos de impostos - (2.098) (1.342)
Despesas de serviços prestados a ligadas (5.384) (5.384) -
Outras despesas operacionais (111) (125) (490)
Total (7.634) (12.236) (11.445)

Comitê de Auditoria
Em atendimento à Resolução nº 3.198/04 do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Comitê de Auditoria do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil foi instituído em 30 de abril de 2004 por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária do Banco Citibank S.A. (empresa líder) sendo composto, atualmente, por três membros da atual Diretoria do Banco.

De acordo com seu regulamento interno, destacam-se as seguintes atribuições exercidas pelo Comitê:

- avaliação e adequação das Demonstrações Financeiras, das empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, incluindo notas explicativas e parecer da auditoria independente;
- avaliação da efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa e o acompanhamento das recomendações de melhorias nos controles internos efetuadas pelas mesmas; e
- avaliação da efetividade dos controles internos, recomendando, sempre que julgado necessário, correções e aprimoramentos de políticas e práticas internas identificadas no âmbito de suas atribuições.

O Comitê reuniu-se formalmente por 11 vezes no período de 1º de janeiro de 2016 à 13 de fevereiro de 2017, onde desenvolveu as seguintes atividades:
a. Reuniu-se, com representantes da Administração, com profissionais responsáveis pela contabilidade, com auditores internos e externos para discussão dos resultados de seus trabalhos

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e à Diretoria da Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. São Paulo - SP

Opinão
Examinamos as demonstrações financeiras da Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Distribuidora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e a respectiva demonstração de exercícios findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo dos principais pontos contábeis.

17) Demonstrativo da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social

	2º Semestre		Exercícios	
	2016	2016	2015	2015
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	156.680	331.876	347.801	-
(-) Participação estatutária no lucro (1.802)	(1.802)	(2.814)	(18.000)	-
(-) Despesa de juros sobre o capital próprio	-	-	-	(18.000)
Resultado antes da tributação sobre o lucro	154.878	329.062	326.947	-
Diferenças temporárias	27.860	20.085	2.733	-
Ajuste ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários (971)	(971)	(1.034)	(290)	-
Provisão para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas	600	(282)	719	(558)
Provisão para bônus, gratificações e PLR	3.731	(848)	(558)	-
Provisão para outros pagamentos	24.500	22.249	2.862	-
Diferenças permanentes	27	49	157	-
Outras despesas não dedutíveis	27	49	157	-
Base de cálculo do imposto de renda	182.758	349.186	329.830	-
Aliquotas de 15% e adicional de 10% para o imposto de renda (45.658)	(45.658)	(87.238)	(82.287)	-
IRPJ exercícios anteriores (19)	(19)	(19)	25	-
Provisão para imposto de renda	(45.677)	(87.257)	(82.262)	-
Base Tributável diferida	27.860	20.085	2.733	-
Movimentação da provisão diferida para imposto de renda	6.965	5.021	683	-
Total da provisão diferida	6.965	5.021	683	-
Total do imposto de renda	(38.712)	(82.236)	(81.579)	-

b) Demonstrativo da base de cálculo da contribuição social

	2º Semestre		Exercícios	
	2016	2016	2015	2015
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	156.680	331.876	347.801	-
(-) Participação estatutária no lucro (1.802)	(1.802)	(2.814)	(2.854)	-
(-) Despesa de juros sobre o capital próprio	-	-	(18.000)	-
Resultado antes da tributação sobre o lucro	154.878	329.062	326.947	-
Diferenças temporárias	27.860	20.085	2.733	-
Ajuste ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários (971)	(971)	(1.034)	(290)	-
Provisão para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas	600	(282)	719	(558)
Provisão para bônus, gratificações e PLR	3.731	(848)	(558)	-
Provisão para outros pagamentos	24.500	22.249	2.862	-
Diferenças permanentes	27	49	157	-
Outras despesas não dedutíveis	27	49	157	-
Base de cálculo da contribuição social	182.765	349.196	329.837	-
Aliquota de 20% para contribuição social (36.553)	(36.553)	(69.839)	(53.408)	-
Provisão para contribuição social	(36.553)	(69.839)	(53.408)	-
Base Tributável diferida	27.860	20.085	2.733	-
Movimentação da provisão diferida para contribuição social	4.179	3.013	410	-
Majoração da CSLL 5%	-	287	563	-
Total da provisão diferida	4.179	3.300	973	-
Total da contribuição social	(32.374)	(66.539)	(52.435)	-

18) Transações com partes relacionadas

a) **Transações com partes relacionadas**
As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução nº 3.750 de 30 de junho de 2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN, observado o Pronunciamento Técnico CPC 05 - Divulgação de Partes Relacionadas, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

	2016			2015		
	Outras partes relacionadas		Outras partes relacionadas	Outras partes relacionadas		Outras partes relacionadas
	Controladora	No país		No exterior	Controladora	
	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)
Ativo(passivo)						
Disponibilidades	116.139	-	-	162.325	-	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	291.408	-	-	2.775.268	-	-
Outros créditos	1.517.796	-	8	-	-	-
Outras obrigações	-	-	-	-	-	-
- Dívidas	(2.169)	-	(67.539)	(75.679)	-	(55.415)
Receta/(despesa)						
Resultado com títulos e valores mobiliários	316.718	8.541	457	328.873	-	-
Receitas de serviços prestados	2.778	8.541	1	7.448	-	-
Despesas administrativas	(45)	(13.825)	(12.882)	(41)	(19.851)	(57)
Outras despesas operacionais	(2.144)	(238)	(3.153)	-	-	-

- Banco Citibank S.A.
- Citibank N.A. (Filial Brasileira), DTVM Mutual Funds e Citi Brasil Comércio e Participações Ltda.
- Argentina Branch Split IB; CBC&SUBSEX Cifin/AFCC/ICE; Citiclip Luxembourg; Citibank NA Switzerland Irland Branch; Citigroup Global Markets INC; Citigroup Global Markets LTD; CG Compensation SVCS; COIC ICE; Hong Kong Branch Split IB; LAIB Latin America Investment Bank and United Kingdom Branch Split IB; Citigroup Technology Inc; Citicorp North America Inc.

19) Planos de benefícios pós-emprego a funcionários

Características básicas dos planos
i. **Plano de aposentadoria**
Benefício do plano: Aposentadoria normal. Aposentadoria antecipada, invalidez, pensão por morte de ativo, pensão por morte de aposentado, benefício em caso de desligamento e portabilidade.
ii. **Valor do benefício de aposentadoria normal**
Elegibilidade: 60 anos de idade e 10 anos de serviço creditado.